

XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires, 2009.

A formação política no cotidiano das lutas do mst.

Irene Alves de Paiva.

Cita:

Irene Alves de Paiva (2009). *A formação política no cotidiano das lutas do mst. XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires.*

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-062/1601>

ARK: <https://n2t.net/ark:/13683/evbW/tUx>

Acta Académica es un proyecto académico sin fines de lucro enmarcado en la iniciativa de acceso abierto. Acta Académica fue creado para facilitar a investigadores de todo el mundo el compartir su producción académica. Para crear un perfil gratuitamente o acceder a otros trabajos visite: <https://www.aacademica.org>.

A formação política no cotidiano das lutas do mst

Irene Alves de Paiva
DCS/UFRN
irenealvesp@gmail.com

Ao constatar a presença do MST enquanto articulador da ação coletiva, interessa-nos analisar até que ponto sua intencionalidade de mudança concorre para introduzir novos valores e/ou alterar a cultura política da subserviência e do mando cravada nas relações sociais, especialmente na região Nordeste. A questão que nos orienta é saber em que medida as diferentes práticas de formação política introduzem novos valores e modificam o comportamento dos sujeitos nas suas relações cotidianas, quanto à participação, organização e no modo de agir coletivo, ou seja, como esses espaços propiciam a afirmação de novas identidades.

Com esta investigação, verifica-se os conflitos e consensos que se consubstanciam na apropriação dos aprendizados político e social e como isto se produz no processo de socialização dos sem terra, enquanto forma de inserção dos sujeitos e de criação de valores. O que este trabalho aponta é que a articulação entre o movimento e a realidade pode produzir valores e estilo de vida democráticos sinalizando para a construção de uma nova cultura política, do mesmo modo que a desarticulação tende a construir o inverso, a dominação.

Em nossa análise focalizaremos as práticas formativas enquanto forma de ação coletiva que expressa os conflitos sociais, mas, sobretudo, que consegue impor uma dinâmica diferenciada na luta política dos setores populares. Utilizaremos o conceito de movimentos sociais enquanto categoria analítica para pensar os processos pelos quais os atores produzem sua organização, politizam os conflitos sociais, buscando compreender sua contribuição na produção de novos aprendizados para os que dele participam, sejam militantes, dirigentes, assentados e acampados da “base”, quanto ao exercício da participação coletiva e a construção de uma cultura política democrática.

Neste sentido, apreende-se os mecanismos de constituição de valores, condutas e hábitos no enfrentamento dos conflitos sociais, que se concretizam na ação coletiva, no processo de formação/educação estruturado pelo MST. Os documentos produzidos e as ações realizadas no campo da formação revelam que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra tem investido na formação/educação, com o objetivo de capacitar e qualificar os militantes e dirigentes para intervir nas diversas esferas da vida social.

Em nossa análise, enfocaremos as práticas formativas do MST enquanto forma de ação coletiva que expressa os conflitos gerados pelos processos sociais agrários, mas, sobretudo, que consegue impor uma dinâmica diferenciada na luta política dos setores populares, ampliando os espaços de associação e integrando várias dimensões da organização coletiva, como a política e a cultura.

O MST apresenta-se enquanto um ator social, dotado de uma intencionalidade, empreendida na sua tarefa de organizar e coordenar ações orientadas para mudança. Neste contexto, investe-se na organização interna e externa, agregando coletividade de pessoas, que compartilham de desejos e carências comuns, os pobres que lutam por terra e por direitos sociais.

Na interpretação de Melucci (2001), para identificar um movimento social como categoria de análise é necessário verificar três condições: o rompimento das regras do jogo, proposição de objetivos não negociáveis e questionamento à legitimidade do poder; estes aspectos são manifestados nos conflitos e nos limites do sistema de relações a que a ação se destina.

Portanto, na dinâmica constitutiva dos movimentos sociais, elaboram-se conhecimentos que são apropriados e formam os próprios sujeitos que ao serem construídos se opõem aos papéis sociais e à lógica de dominação. É deste processo que deriva a função educativa dos movimentos sociais, à medida que se tornam espaços por excelência de um aprendizado político e social.

Os movimentos sociais são portadores de discursos e práticas em que se cruzam conhecimentos científicos e cotidianos. Os fundamentos filosóficos, políticos e as experiências vividas pelos sujeitos dão sentido e orientam as interpretações da realidade. Como ressalta Sader (1988, p. 145) os discursos são adaptados e mesclados a cada situação, modificando as próprias matrizes que os alimentam.

Touraine (1995, p. 220), ao analisar a construção do sujeito como movimento social, conclui que este *não se constitui na consciência de Si-mesmo, mas na luta contra o anti-sujeito*, expressa na crítica à sociedade, resiste ao poder dos aparelhos de produção e de administração. Assim, argumenta o autor, *a presença do sujeito no indivíduo deve ser percebida ao mesmo tempo como distanciamento do indivíduo com relação à ordem social e como vivência imediata*. Para isso, é necessário que o engajamento do indivíduo ultrapasse a apreensão espontânea de ver o mundo como um campo de exercício de sua atividade prático-utilitária para uma compreensão *crítica, na qual a realidade se dá como objeto cognoscível e na qual o homem assume uma posição epistemológica* (FREIRE, 1980, p.26). Esta apreensão é expressa nas ações de recusa e resistência e na criação de projetos de mudanças.

A construção do sujeito implica uma ação re-socializadora, pois é no processo de socialização que os sujeitos experimentam diferentes modalidades de comportamento, o que proporciona e favorece rupturas com os padrões instituídos socialmente. Compreendemos a socialização como um processo não linear, que se realiza na interiorização do dito como verdade e, quando confrontado com o novo aprendido nas interações, entra em conflitos com conhecimentos anteriores cristalizados e que estão nas lembranças e nas explicações do sujeito sobre sua realidade. Nesta perspectiva, diríamos que a partir dos conflitos gerados no interior dos grupos, na disputa entre os membros para validação de seus conhecimentos, se produzem e se recriam outros valores e comportamentos.

O pensamento cotidiano que orienta as atividades práticas dos sem terra está presente na explicação da realidade de vida, respondendo às necessidades e desejos particulares, a partir de valores produzidos socialmente. Para Heller (1977), o mundo da vida cotidiana pode ser reordenado pelo homem e, na medida em que não atenda a suas necessidades, tais mudanças derivam sempre de grupo e para isto é necessária a consciência de um nós. O “nós” fundamenta a atividade política para sua realização e se sobrepõe ao pensamento cotidiano considerado conservador.

Para Bourdieu (1983, p.19), a socialização é um processo que se desenvolve produzindo *habitus* distintos. *As estruturas de um habitus logicamente anterior comandam, portanto, o processo de estruturação de novos habitus a serem produzidos por novas agências pedagógicas.* Assim, a participação no campo da política possibilita aos sujeitos adquirir conhecimentos e competência produzindo novos *habitus*. Podemos dizer que a organização coletiva, como atividade da luta política, garante aos sujeitos envolvidos a apreensão de um capital social que se expressa na organização social, nas condutas e comportamentos, alterando as relações sociais de dominação.

Entretanto, se os coordenadores da ação desconhecerem o pensamento cotidiano, os interesses e desejos dos sujeitos podem, ao invés de produzir novos valores, reproduzir diferentes formas de dominação, a luta se reduz aos interesses da organização, independente dos que fazem a organização. Isto decorre do descompasso entre os interesses dos coordenadores da ação coletiva e os desejos e aspirações dos que fazem a ação. Muitas vezes, para atender às necessidades políticas do Movimento, as lideranças desenvolvem e operam com conhecimentos e práticas políticas que as podem distanciar das bases.

Martins (1989), analisando a ação dos atores que atuam no campo, os quais classifica como grupos de mediação, identifica um descompasso entre o que se fala e o que a realidade revela; em outros termos, significa que a intencionalidade dos coordenadores muitas vezes se distancia dos reais interesses do homem comum.

A forma de organização e mobilização tem feito o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra ganhar visibilidade nacional, através de ações desenvolvidas na luta pela reforma agrária, articulando às questões sociais, como o direito à educação, à saúde, à dignidade de vida. Assim, as aspirações centram-se na garantia do acesso da população do campo aos seus direitos sociais (micro); no macro, a intencionalidade e a reflexão têm se pautado na perspectiva de mudanças sociais e políticas, no sentido de assegurar ou transformar valores básicos que regulam a ordem institucional, ao questionar e reagir à estrutura excludente e ao autoritarismo social que historicamente têm configurado a sociedade brasileira.

Observamos que documentos e as práticas contestatórias empreendidas pelo MST estão ancorados na matriz discursiva da política emancipatória, com tendência a supervalorizar sua potencialidade política e minimizar a política da vida, ou seja, a trama das relações vivenciadas no cotidiano dos sem terra. Assim, o desafio é conseguir olhar o MST a partir dessas duas perspectivas, o que permitirá compreender seu significado na realidade social dos sujeitos que fazem o Movimento.

Alguns estudos têm se encarregado de interpretar e fundamentar as análises do MST; nesta direção, estão os trabalhos de Fernandes (1999) que o caracteriza como *organização política*, um *movimento socioterritorial* e Caldarte (2000, p.86) que afirma haver um consenso, na concepção *de que as categorias de movimento social ou movimento de massa, pelo menos em seu sentido originário, não consegue explicar com precisão o papel histórico do MST.* A autora utiliza-se da expressão *organização social* entendendo que *o MST passa a assumir características organizativas e de atuação na sociedade que extrapolam o caráter temporário e o perfil comum a um movimento social de massa.*

Em uma outra perspectiva, Martins, estudioso da questão agrária, ao examinar as práticas e a estrutura organizativa do movimento, afirma que o MST *não é mais um movimento*

social. É uma organização. Ele tem uma estrutura, um corpo de funcionários. Já não tem as características de um movimento social (...) Ele é o primeiro e único partido popular agrário que temos no Brasil, apesar de não ter programa e organização propriamente partidária (1997, p.145). Esta última assertiva é negada por Stédile, ao afirmar que *uma das características do MST esta em queremos ser organizados com características populares, sindicais e políticas de outro tipo. Não somos uma organização partidária nem queremos ser, nem devemos ser* (STÉDILE,1999, p.38).

Preferimos neste momento centrar nossa investigação nas formas de ação coletiva desencadeada pelo Movimento. Assim, tratamos o MST como um ator organizador de ação coletiva gerada de demandas imediatas que representa à existência de conflitos sociais e de resistência social, ao reivindicar o acesso a terra e políticas públicas que garantam vida digna para os pobres.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra sublinha em seus objetivos a necessidade da organização coletiva destes pobres, destacando os valores humanitários como referência da reflexão e da prática para a construção de novas relações centradas na solidariedade e no reconhecimento do outro. No nosso entender, as práticas de formação política são um rico material para análise desta intencionalidade e para observação de suas manifestações e efeitos na sociedade.

Os documentos indicam que para o MST a formação tem como objetivo formar a consciência política dos que fazem a organização e se realiza em diferentes momentos e de distintas formas, nas práticas, reuniões, assembléias, mobilizações, encontros, seminários, leituras individuais, cursos, etc. Destaca-se ainda que a necessidade de qualificar seus quadros/militantes para o Movimento é tão importante quanto os processos de ocupação. A formação política fortalece e possibilita a autonomia e independência ideológica e política do MST.

A perspectiva de se estabelecer a relação entre ação e reflexão na formação política possibilita o acesso a conhecimentos, informações e habilidades, permitindo aos sujeitos desenvolverem capacidades intelectuais, como leitura, argumentação, confrontação das idéias e habilidade de expressão, comunicação e coordenação que incorporados, tendem a formar novos *habitus* que irão orientar e conduzir as práticas de ação coletiva.

Constatamos a partir da leitura dos documentos que o MST cria a demanda da formação política e da escolarização para formar as suas lideranças, mas também para que o projeto de mudança possa ter ressonância junto a sua base. Neste sentido, a estrutura dos cursos e encontros, mobilizações de massa são considerados momentos de interiorização dos ideais e dos valores do Movimento. A partir deles, afirmam e formulam o discurso, a formação ideológica, a capacidade de dirigir ações, de tomar decisão, de fazer negociação com outros atores (os opositores). A intencionalidade do Movimento é a superação da situação de dominação, *denunciar as desigualdades sociais, a concentração de riqueza e de poder*.

A construção do Movimento e a formação política

Na investigação sobre as práticas de formação do MST, verificam-se semelhanças com as experiências de organização popular anteriores: o chamado trabalho de base; os cursos,

destinados aos treinamentos das lideranças, no caso os militantes; a necessidade da escolarização.

Assim, o MST trabalha com duas dimensões de formação, a política e a educacional, que não estão desvinculadas, apesar de existirem espaços e momentos onde são priorizadas independentemente. A primeira centra-se na transmissão das concepções e valores do movimento e na capacitação para atuação política. A ação é realizada através de cursos, treinamentos, encontros. A segunda realiza-se pela escolarização e capacitação técnica de seus militantes, através de cursos que, quando necessitam de reconhecimento legal, são realizados em parceria e/ou convênio com instituições de ensino. Parece ser esta uma das práticas mais inovadoras dada a ênfase e realizações que o Movimento tem feito com a construção de uma proposta de escolarização, em todos os níveis, da pré-escola ao ensino superior. Contudo, o processo de escolarização tem sido sempre acompanhando de atividades específicas de formação política. Na própria concepção de escola do MST, as duas dimensões estão interligadas.

Uma escola que se organiza do jeito do MST, educa principalmente através das novas relações que produz e reproduz, problematizando e propondo valores, alterando comportamento, desconstruindo e construindo concepções, costumes, idéias. Desta maneira ela ajuda a enraizar a identidade dos sem terra, e forma um determinado jeito de ser humano. E quando a escola funciona como cooperativa de aprendizagem, onde o coletivo assume a corresponsabilidade de educar o coletivo, torna-se um espaço de aprendizagem não apenas de forma de cooperação, mas principalmente de uma visão de mundo, ou de uma cultura, onde o natural seja pensar no bem de todos e não apenas de si mesmo.¹

Assim, o MST está diante de um duplo desafio: a reivindicação pela ampliação do acesso à educação voltada para o campo e a exigência imediata de capacitar e habilitar o corpo de seus militantes que em sua maioria têm origem rural, com déficit escolar. A escolarização constitui-se em uma demanda imediata, pois a formação política na lógica do MST requer habilidades e conhecimentos sobre a dinâmica da política, leitura e interpretação dos aspectos econômicos e sociais da realidade, enfim um capital cultural.

Para atender às demandas de formação e escolarização, o MST tem criado diversos espaços e estratégias, como: os encontros, os centros de formação, os convênios com instituições públicas de ensino, cursos concentrados, os chamados eventos de massa. Dessa forma, o MST oferece uma estrutura que possibilita a seus militantes o acesso a aprendizados político, social e cultural, através da participação nesses espaços e no desenvolvimento das atividades de coordenação e direção. O investimento do MST na formação/educação tem por base a capacitação de lideranças no domínio das diversas áreas do conhecimento, a especialização para funções de educação, saúde, produção.

Discorrendo sobre os princípios do MST, Stédile (1999, p.42) afirma que *a preocupação com o estudo e, especificamente com a formação de quadros, é nosso quinto princípio. Nunca terá futuro a organização social que não formar os seus próprios quadros. Ninguém fora da organização vai formar quadros para nós. Precisamos de quadros técnicos, políticos, organizadores, profissionais de todas as áreas.* Em outros termos, isso é parte da busca de autonomia do MST, por acreditar que conhecimentos político e técnico

¹ Caderno de Educação do MST n. 9, ano 2000

racionalizados, quando apropriados pelo corpo de militantes, garante a viabilidade das intenções transformadoras do movimento, nas diversas esferas da vida social.

A perspectiva do MST é valorizar os aprendizados adquiridos nas lutas sociais e superar os erros percebidos nas experiências organizativas anteriores, como a dependência, a fragmentação e o dogmatismo.² Para isso, opera com conhecimentos e instrumentos diferentes, com vista a atingir seus objetivos de reforma agrária, justiça e transformação social. Para atingi-los, privilegia a intervenção por meio da prática da ocupação e do embate direto com o Estado.

Em seus documentos e discursos, o MST chama a atenção para a necessidade de intensificar um trabalho de base que possibilite a construção de uma consciência política e a preparação de lideranças para a coordenação e multiplicação de suas ações. Para isto, logo nos primeiros anos de sua existência, elege a formação política como uma das tarefas fundamentais na construção do movimento, o que leva à criação da escola nacional de formação. Traça políticas e estratégias cujos objetivos são construir a autonomia e “elevantar a consciência política” dos sem terra. Observando os encontros, cursos e analisando os documentos, podemos perceber que o processo formativo do MST tem como eixo central: autonomia do movimento, organicidade, consciência política e novos valores.

As ênfases no processo de formação política do MST recaem sobre o militante e no seu impacto quantitativo (massas), tendo em vista atender à sua necessidade de organização e de garantir sua independência e autonomia. O militante tem o papel de organizador e multiplicador da concepção do movimento junto à base, até para assegurar seu impacto quantitativo, a prioridade é a qualidade da sua formação. Os cursos das escolas de formação são momentos intensivos de reforçar essas características e objetivos.

A feição utópica e libertadora do MST na busca de construir uma sociedade nova (futura) parece prevalecer e de certa maneira subordina a realidade concreta levando a priorizar os conteúdos das lutas gerais que se afastam da própria intenção do movimento de construir propostas considerando como *ponto de partida é a prática social dos sem terra, recheada de contradições e possibilidade, para a partir dela se ter o acesso à teoria*³.

A metodologia de trabalho empregada nas ações de formação do MST recebe influência das experiências de organização popular, especialmente dos grupos vinculados à Igreja Católica, indicando procedimentos de mobilização afetiva, participação direta e dinâmicas de grupo, característicos da educação popular. Como nos conteúdos, a metodologia do MST recebe também influência dos grupos de esquerda, principalmente no que diz respeito ao método de direção, à organização interna do movimento, aos termos usados para qualificar seus militantes; a proposição de conduta do militante, bem como gestos e símbolos.

2 Na revista Brava Gente (1999), João Pedro Stédile cita as características e princípios do MST, ressaltando os aprendizados e as diferenças em relação às experiências anteriores, destacando as concepções que influenciam a trajetória ideológica do MST.

3 Linhas Políticas da Formação do/no MST – setor de formação de julho de 2001

Referências

- BERGER & LUCKMANN T.1973. **A construção social da realidade**. Petrópolis: Vozes, 1984.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**, Rio de Janeiro: DIFEL, 1989.
- CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**, Petrópolis, Vozes: 2000.
- CASTELLS, Manuel, **O poder da Identidade**, Rio de Janeiro. Paz e Terra:
- FERNANDES, B. M. **MST: formação e territorialização**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- HELLER, Agnes. **Sociologia de la vida cotidiana**. Barcelona: Edicions Península, 1997.
- MARTINS, José de Souza. **Caminhada no Chão da noite: emancipação política e libertação nos movimentos sociais**. São Paulo: HUCITEC, 1989.
- MARTINS, José de Souza. **Reforma Agrária: o impossível diálogo**. São Paulo: Edusp, 2000.
- MELUCCI, Aberto. **A invenção do presente**. Petrópolis, vozes, 2001.
- SADER, Eder. **Quando novos personagens entram em cena**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- STÉDILE, João Pedro. O MST e a questão agrária. In. **USP Estudos Avançados**. Nº 31, Volume 11, 1997.
- STEDILE, JOÃO Pedro e FERNANDES, Bernardo Mançano. **Brava gente: Trajetória do MST no Brasil**. São Paulo Fundação: Perseu Abrano 1999.
- TOURAINÉ. Alan. **Crítica da Modernidade**. Petrópolis, Vozes, 1995.